

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº 2958/2022

Aos vinte dois dias do mês de novembro de dois mil e vinte dois, às dezoito horas, reuniram-se para Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, através da plataforma virtual *Zoom*, nos termos do Decreto nº 20.611/2020, sob a presidência de **GERMANO BREMM, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS**, e na presença dos:

CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS: Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Suplente), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB; Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC; Sônia Castro (Titular), Gabinete do Prefeito – GP; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS; Fernanda Brito da Silveira (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDET; e Glauber Douglas do Nascimento Mello (Titular), Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI.

CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS: Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH; José Rodolfo Fork (1º Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA; Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS; Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS; Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON; Fernando Martins Pereira (1º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS; e Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS.

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL: Adroaldo Venturini Barboza (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3; Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4; Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDDUA.

33 **DEMAIS PRESENTES:** Michele Rihan Rodrigues, **Região de Gestão de Planejamento**
34 **Oito – RGP. 8;** e Luís Cláudio Brasil, **Advogado – Ilhas das Flores.**

35 **SECRETARIA EXECUTIVA:** Camila Maders Fonseca Coelho, **Secretária Executiva da**
36 **SMAMUS;** Patrícia C. Ribeiro, **Taquígrafa/Tachys Graphen.**

37 **PAUTA:**

38 **1. Abertura;**

39 **2. Comunicações;**

40 **3. Votação:**

41 **3.01. Atas 2955 (18/10) e 2956 (25/10);**

42 **4. Ordem do Dia:**

43 **4.01. Processo em diligência;**

44 **4.02. Processo em diligência;**

45 **4.03. RGP 2 - SEI 21.0.000063859-2;**

46 **4.04. Processo em diligência;**

47 **4.05. RGP 1 - SEI 18.0.000048113-7;**

48 **4.06. GP - SEI 18.0.000103915-2;**

49 **4.07. ÁREA - SEI 21.0.000104004-6;**

50 **4.08. RGP 3 - SEI 22.0.000049495-3.**

51 Após a conferência de *quorum* o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h15min.

52 **1. ABERTURA;**

53 **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e**
54 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Boa noite, Conselheiros, Conselheiras. São 18h15min. Temos
55 *quorum*. Declaro, Então,, oficialmente aberta a nossa Reunião Ordinária do Conselho
56 Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Desejo uma excelente noite de trabalho a
57 todos. Peço desculpas por atrasar um pouquinho o início da reunião, a gente estava tentando
58 conectar a transmissão do Zoom para o YouTube, mas temos alguns problemas técnicos.
59 Então, a transmissão ao vivo não está acontecendo no YouTube. Nós vamos gravar esta
60 reunião e tão logo finalizada a gente vai disponibilizar no canal da SMAMUS no YouTube, ou
61 se, porventura, durante a reunião a gente conseguir efetivar a transmissão a gente coloca ela
62 em curso e depois posta a reunião completa que está sendo gravada aqui pela plataforma
63 Zoom. Eu queria saudar a todos, dizer que já estava com saudade do nosso Conselho do
64 Plano. Eu estive nessa semana que passou na COP 27, no Egito, representando a Prefeitura de

65 Porto Alegre. Importantes ações na área da sustentabilidade, conseguimos além dessa
66 interação com diversos governos locais do mundo todo, a COP é sempre uma oportunidade de
67 troca, de aprendizado, de experiências compartilhadas, de buscar recursos externos para apoiar
68 os nossos projetos. A gente na COP 26, em Glasgow, conseguiu a partir dela cerca de mais de
69 um milhão do Google e conseguimos a partir disso implantar em duas escolas, uma no Morro
70 da Cruz e em um CTG, estão lá painéis fotovoltaicos, que reduziu de forma estrondosa, vamos
71 dizer assim, a conta de energia dessa escola no Morro da Cruz e o CTG. E instalamos também
72 painéis biodigestores, que é o aproveitamento da sobra da merenda do orgânico da escola na
73 produção do próprio gás, que trabalha na merenda das escolas, do que é consumido. Enfim, é
74 um ciclo positivo que se retroalimenta ali, a economia circular para as crianças, que são o
75 futuro do nosso país. E agora, nesta oportunidade, também conseguimos um recurso de
76 1.200.000 a fundo perdido para pagar a elaboração, a construção de uma consultoria que vai
77 trabalhar no Plano de Ação Climática de Porto Alegre. Então, todas as metas, o planejamento
78 ao longo dos anos que vão ser extraídos desse Plano de Ação Climática, junto com o estudo de
79 vulnerabilidade e mitigação. Então, a gente conseguiu esse recurso para Porto Alegre, nos
80 próximos dias vamos anunciar a consultoria que vai ser contratada pelo Banco Mundial, que
81 vai pagar para trabalhar junto com a Prefeitura e no Plano de Ação Climática. Então, diversas
82 notícias positivas, de lá também entregamos um estudo de recurso que a gente tinha
83 conseguindo na outra COP para subsidiar a substituição da matriz energética do transporte
84 público. Vocês bem sabem, grande parte das emissões de gases de efeito estufa da cidade
85 advém do transporte, são 67%. Então, é a partir do transporte que a gente vai ter que
86 necessariamente atacar nas soluções se a gente quer reduzir essas emissões. Então, como
87 primeiro passo nós conseguimos recurso também a fundo perdido, isso lá na COP passada para
88 financiar o estudo do transporte público. Seria interessante que a administração começasse,
89 afinal de contas, grande parte do transporte, se a gente começasse com o transporte público
90 seria uma boa sinalização, um bom exemplo, só que para isso é possível, a gente sabe da
91 realidade do transporte, é um problema, o contrato existente de muitos anos, muito precário.
92 Mas para a gente pensar lá na frente em alguma troca, vamos dizer assim, desses ônibus para
93 ônibus elétricos, a gente precisa de dados, de informações, base técnica mesmo, de quanto
94 custa, o prazo, qual o impacto que tem hoje na saúde humana essa forma, essa matriz existente
95 e quais seriam os benefícios em longo prazo. Então, todo esse estudo foi feito a partir desse
96 recurso que a gente conseguiu e lá na COP a gente fez essa entrega oficial do trabalho, dando

97 alternativas para a secretaria responsável, no caso a Mobilidade, pensar a médio e longo prazo
98 a substituição da matriz energética, ou seja, ônibus elétricos na Cidade de Porto Alegre. Então,
99 um monte de coisa positiva. E a oportunidade de participar de diversos painéis, falando um
100 pouco de Porto Alegre, aprendendo um pouco com as demais cidades do mundo. Eu acho que
101 é sempre muito rica a oportunidade. Em paralelo, aqui na cidade, tivemos dois eventos
102 importantes, a gente teve na terça-feira, sem ser a terça-feira passada, na outra, a gente teve o
103 encontro da Temática do Orçamento Participativo na área de desenvolvimento urbano e por
104 isso liberamos os conselheiros para poderem estarem presentes, alguns estiveram. Na outra
105 terça-feira tivemos o feriado e também fizemos na cidade o seminário do Plano Diretor, um
106 encontro importante. Está aqui a nossa Diretora Patrícia, que nos conduziu nesse processo.
107 Houve muita gente participando, foi muito bacana a oportunidade de troca, da gente ouvir um
108 pouco das experiências dos outros que já trabalharam nos outros planos diretores, saber o que
109 deu certo, o que não deu. São sempre reflexões que a gente faz antes de começar a pensar o
110 que nós vamos modificar, o que a gente vai aprimorar para o futuro. Também tivemos a
111 Conferência Municipal do Meio Ambiente, que há muitos anos eu acho que não era realizada,
112 acho que desde 2012, se não me engano, que não se tinha a Conferência do Meio Ambiente.
113 Também foi uma rica oportunidade que a gente fez, liderado pela Doutora Ângela. Foi na
114 PUC, dois dias de encontro, de muito debate acerca da estratégia ambiental da Cidade de
115 Porto Alegre, a pauta das mudanças climáticas nesse encontro também. Então, muita coisa
116 legal acontecendo na nossa Cidade de Porto Alegre, muitos desafios, temos inúmeros, mas a
117 gente tem que sempre trabalhar no presente pensando no futuro. Feita essa introdução, nós
118 temos aqui comunicações externas, temos a nossa parceira de reunião mensal, a Michele
119 Rihan, lá da Região de Planejamento Oito, assídua no nosso Conselho. Depois temos o Luís
120 Cláudio Brasil, sobre a Ilha das Flores, aqui também inscrito para fazer uso da tribuna. Vou
121 iniciar pedindo para os conselheiros que têm interesse em fazer uso do período de
122 Comunicação, por favor, faça a inscrição no chat, que a gente já consigna aqui os interessados
123 em fazer uso da palavra, depois eu abro para comunicação externa, as duas inscritas aqui para
124 fazer uso do nosso microfone por cinco minutos. Temos inscritos para o período de
125 Comunicação? Temos o Conselheiro Mark inscrito. Mais alguém? Conselheiro Hermes,
126 Jackson e Emerson. Vou só fazer a leitura dos presentes. [Relação dos presentes na inicial].
127 São esses os presentes e de imediato passo a palavra para a Michele. Michele, boa noite! Seja
128 bem-vinda! E pega leve conosco hoje, tá? Porque faz tempo que a gente não se vê. [Risos].

129 **2. COMUNICAÇÕES;**

130 **Michele Rihan, Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Boa noite, Secretário.
131 Boa noite não, boa tarde! Bom, Secretário, eu vim hoje para abordar uma questão que,
132 infelizmente, faz anos que eu não obtenho nenhuma resposta adequada por parte da Prefeitura,
133 da sua Secretaria. Mas antes de abordar isso eu gostaria de registrar aqui nesta minha
134 manifestação, que é reduzida em razão do Senhor ter alterado o Regimento deste Conselho,
135 para reduzir a participação social dentro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e
136 Ambiental. Eu faço questão de registrar a minha irresignação diante desta revisão do Plano
137 Diretor fake. O Senhor a frente da Secretaria do Meio Ambiente, atual gestão, estão
138 promovendo, e nós precisamos falar com um português bem claro para as pessoas que,
139 eventualmente, não acompanham. Vocês estão promovendo uma revisão de Plano Diretor
140 fake, falsa, porque, na verdade, a Prefeitura já promoveu diversas modificações no Plano
141 Diretor no ano passado e neste ano. Vou só relembrar algumas, na Fazenda do Arado, aqui no
142 Extremo Sul de Porto Alegre, no Centro Histórico, no 4º Distrito. Então, nós temos aí pontos-
143 chaves dentro da cidade que a Prefeitura escolheu e modificou os seus regimes urbanísticos
144 antes da revisão do Plano Diretor, ou seja, o que nós estamos passando agora, todas as
145 atividades relacionadas a revisão Plano Diretor, que no meu modo de ver são absolutamente
146 viciadas na medida em que nós não estamos analisando o todo da cidade. Já tiveram
147 modificações muito substanciais sem considerar os interesses da população, absolutamente
148 considerando o que a população pensa e como a população vê a cidade. A gente não tem uma
149 participação social ampla dentro deste Conselho, na medida em que ela foi reduzida a partir de
150 uma ação sua para não me ver mais seguido. Realmente, o senhor não gostava da minha
151 presença semanal, então, resolveu modificar. Então, o Senhor está de parabéns, o senhor está
152 reduzindo a participação social em plena revisão fake do Plano Diretor. Bom, mas em relação
153 ao que eu gostaria de ter respostas mais diretas do Senhor é com relação à balneabilidade das
154 praias de Porto Alegre. Nós temos dois balneários em Porto Alegre, Belém Novo e Lami. E
155 esses balneários têm alguns pontos de banho e precisa ver as condições de balneabilidade
156 desses locais. Em 2019 eu questionei a Prefeitura em relação à divulgação das condições de
157 balneabilidade, depois d meu questionar através do sistema 156, que não funciona, porque
158 quando vocês querem vocês não respondem ou enrolam a população. Depois de muito
159 questionar, tanto pelo 156 quanto pelo Sistema de Informação ao Cidadão, eu obtive a
160 resposta da Secretaria do Meio Ambiente de que a Prefeitura só divulga as condições de

161 balneabilidade de Belém Novo e do Lami durante os meses de dezembro até março. No meu
162 protocolo, Secretário, eu já colocava lá em 2019, 3 anos já se passaram, eu colocava da
163 importância desses exames serem feitos durante todo o ano e serem divulgados de forma clara
164 para a população, porque nós temos um número muito grande de usuários das praias,
165 pescadores... [Sinalização de tempo restante de um minuto]. Bom, então, não vou conseguir
166 falar, Secretário. O senhor vai inviabilizar a cidadania de estar se manifestando. Em resumo, a
167 sua Secretaria disse que não dispunha de recursos para fazer esse exame durante todo o ano e
168 que por isso só fazia durante dezembro e março. Porém, no ano passado o DMAE fez diversas
169 reuniões aqui no bairro com relação às obras no Bairro Belém Novo e uma das perguntas feitas
170 para o DMAE foi: o DMAE faz exames dos pontos de balneabilidade durante todo o ano? E o
171 DMAE disse que sim, o DMAE tem laboratório próprio e o DMAE faz os exames das
172 condições da água. Porém, cabe à Secretaria do Meio Ambiente divulgar as condições de
173 balneabilidade, apenas analisar o resultado e divulgar. Então, eu lhe pergunto: o que está
174 faltando para que a Secretaria do Meio Ambiente se preocupe com a saúde da população e
175 divulgue de forma clara, para que todos possam saber, quem usa essas praias, as condições de
176 banho. Segunda questão, Secretário, nós vamos ter um evento, só para reforçar a importância
177 disso, agora dia 27 de novembro, o Desafio SICREDI, um desafio promovido pelo SICREDI,
178 pela Asun, patrocinado por empresas privadas, promovendo nado nas águas, que não estão
179 sendo analisadas, de acordo com o Senhor, com a sua Secretaria. Então, as pessoas vão ir
180 nadar em comemoração aos 250 anos de Porto Alegre. [Sinalização de tempo esgotado]. Nós
181 vamos botar as pessoas dentro de uma praia, de d'água, sem saber quais são as condições de
182 balneabilidade, Secretário. É um absurdo o que a sua gestão e atual gestão, e gestão anterior
183 da qual o Senhor fazia parte está fazendo com a Cidade de Porto Alegre. Uma vergonha!
184 Estão destruindo o ambiente natural, desconsideram a saúde da população e... **Germano**
185 **Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade –**
186 **SMAMUS:** Está bem, Michele. Obrigado! Importante ressaltar que a gente vive em um estado
187 democrático de direito, onde existe uma constituição federal, normas infralegais e as regras
188 devem ser respeitadas. Existe um grupo que deliberou, um regimento que votou a ordem e os
189 tempos das falas. Então, por isso a gente sempre indica ali no minuto final, que são cinco
190 minutos para garantir que a gente possa desenvolver o trabalho aqui, que é de competência
191 deste Conselho. Este é um espaço democrático, sempre digo isso, onde a gente dá a
192 oportunidade da sociedade se manifestar, lembrando que as representações da sociedade aqui

193 eleitas são os conselheiros, que são democraticamente eleitos e têm voz pelas diversas regiões
194 da cidade, através dos seus votos, das suas falas. Só queria ressaltar, a gente respeita as
195 posições das mais diversas, o tema da cidade é um tema que envolve diversas visões, diversos
196 olhares diferentes dentro de um território urbano. No entanto, a nossa revisão do Plano Diretor
197 segue estritamente aquilo que é a nossa constituição, aquilo que é o Estatuto da Cidade, aquilo
198 que é jurisprudência, aquilo que a doutrina recomenda como o adequado e necessário. E mais,
199 segue aquilo que o urbanismo do mundo recomenda, os projetos específico que cita a
200 representante da comunidade, no caso o Centro Histórico e o 4º Distrito, segue aquilo que o
201 mundo está fazendo, de detalhamentos de territórios específicos. Não é necessário que a gente
202 espere de 10 em 10 anos para fazer detalhamentos de territórios. Isso o nosso próprio Plano
203 Diretor já previu em diversos artigos a necessidade da gente criar programas específicos para
204 estimular o desenvolvimento, a ocupação, o adensamento, a transformação dessas regiões.
205 Então, a gente segue estritamente aquilo que está previsto. Então, por mais que eu não possa
206 cobrar, naturalmente, da tua pessoa esse entendimento das leis, infelizmente, as nossas
207 legislações, o desconhecimento não exime a aplicação. Então, eu sugiro que a senhora leia a
208 constituição, o estatuto, o próprio Plano Diretor, onde nos dá essa liberdade de promover
209 essas revisões mais pontuais, por meio de projetos especiais, como é o caso do Arado, ou do
210 Centro Histórico, ou do 4º Distrito, que fizemos um programa específico. E mais, além disso,
211 o nosso processo participativo para a criação desses programas é comprovadamente muito
212 superior à próprio revisão do Plano Diretor anterior, que tem audiências, oficinas, debates,
213 comprovados e gravados, transmitidos ao vivo, inúmeros, os relatórios realizados. Então, é
214 amplamente participativo. Naturalmente, a gente não consegue refletir, vamos dizer assim, em
215 um programa todas as visões. A gente tenta trazer a visão da maioria da cidade e é natural que
216 tema oposições, entendimentos divergentes, como é o caso da delegada, da representante da
217 comunidade que falou agora. Então, é importante ressaltar, não existe nada de fake na revisão,
218 segue estritamente os ditames legais, mas como entendimentos diversos que a gente tem da
219 representante da região, é parte do processo democrático, mas é importante que a gente
220 mencione e respeite o trabalho técnico, um trabalho sério e esforçado de uma equipe
221 qualificada, que é o melhor para a cidade e que vai lutar sim para não deixar essa visão, que a
222 gente respeita, mas que é equivocada, é pautada por princípio totalmente distorcidos e que não
223 é a visão da maioria, do entendimento de toda a cidade. Então, seguindo aqui, a gente tem a
224 inscrição do Luís Cláudio Brasil. Por favor, Luís Cláudio, são cinco minutos e eu te aviso

225 quando falta um minuto. **Luís Cláudio Brasil, Ilhas das Flores:** Excelentíssimo Senhor
226 Presidente e Secretário do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental
227 Germano, boa tarde! Aproveita a oportunidade para saudar aos demais participantes da
228 presente solenidade. Trata-se de demanda que sugere ao Poder Público Municipal de Porto
229 Alegre a complementação legislativa, que cumprirá com o princípio de impessoalidade para
230 conferir o tratamento individualizado na apreciação de alvarás de funcionamento e localização.
231 A pessoa jurídica que eu represento apresentou um pedido de alvará de funcionamento e
232 arborização junto à Prefeitura e teve o seu pedido suspenso devido à ausência de legislação
233 reguladora em seu endereço. Trata-se da Rua dos Pescadores, 4.600, no lote 299, Bairro
234 Arquipélago, Ilha das Flores, Delta do Jacuí. Cabe salientar a todos os presentes que todas as
235 marinas do endereço da Rua dos Pescadores estão na mesma situação da marina que
236 represento. Ocorre que na região onde se situam as marinas, é região descrita como área de
237 ocupação rarefeita, onde o regime urbanístico é definido por lei especial. Porém, não existe tal
238 lei e, conforme o posicionamento anterior da Secretaria de Desenvolvimento, está em estudo,
239 visto a ausência da legislação municipal. Todos os alvarás de funcionamento no período
240 noturno ficam suspensos até o término do estudo. Neste contexto cabe salientar que o estudo
241 do Plano Diretor se iniciou em 2001 junto à legislação e deve ser revisto, obrigatoriamente, a
242 cada 10 anos, conforme ordena. É situação que traz urgência em resolver a demanda
243 reguladora para apresentar. Sabendo da importância do princípio da legalidade no ambiente
244 público, apresentamos o presente pedido de proposta legislativa, no sentido de conferir
245 tratamento individual no procedimento de pedido de alvará de localização e funcionamento,
246 onde não existe legislação urbanística e nem Plano Diretor para que a partir dessa nova
247 regulamentação os pedidos possam ter tratamento individual com apreciação do Estudo de
248 Impacto Ambiental, laudos técnicos pertinentes a ruídos, o EVU, permitindo a liberação
249 mesmo que precária de funcionamento, de acordo com a proposta, respeitando a viabilidade e
250 a legislação urbanística. E assim eu encerro o meu pedido de sugestão legislativa para o
251 Conselho. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e**
252 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Luís Cláudio, pela contribuição. Com relação às
253 Ilhas, nós estamos trabalhando na elaboração, inclusive, com os órgãos de controle, o
254 Ministério Público. No regime urbanístico ocorre que aquela região realmente tem muitas
255 sobreposições de legislação, isso torna de certa forma complexa a resolução. É por isso que ao
256 longo dos anos não se consegue dar uma solução de regime para aquele local. Primeiro, ela é

257 uma unidade de conservação estadual e em função disso, necessariamente, aplica-se os
258 regramentos das unidades de conservação, o Conselho Gestor, o plano de manejo. Então,
259 antes de a gente trabalhar no território municipal, no regime urbanístico, necessariamente, o
260 primeiro passo para atuar naquela região é o plano de manejo e o plano de manejo da unidade
261 de conservação só foi concluído em 2017/2018 pelo Estado do Rio Grande do Sul, que
262 instituiu essas unidades de conservação e o respectivo Conselho Gestor. Então, a partir desse
263 plano de manejo o Município, na sua nova revisão do Plano Diretor, está trabalhando na
264 definição desse regime. Claro, é uma série de estudos que ali precisa, geológico, hidrológico,
265 enfim, é uma região complexa. E no mais, Doutor, também tem uma situação ali que acarreta,
266 digamos assim, uma sobreposição ainda maior de problemas, porque a nossa Lei Orgânica
267 Municipal ainda define as Ilhas como uma área de preservação permanente. Então, o que é
268 uma legislação municipal na área ambiental, embora a área, a APP com o advento do código
269 florestal dá uma caracterização geral do que é APP, mas existe a lei municipal, que também
270 pode tratar de forma diferente, desde que mais gravosa, vamos dizer assim. Então, não estaria
271 em choque com a legislação federal, mas a gente está tentando compor o assunto, queremos
272 dar um uso adequado para aquele local. Só que a gente, infelizmente, necessariamente, segue
273 os regramentos vigentes e até, então, não temos um regime específico para aquele local a partir
274 do plano de manejo. Mas contratamos agora, junto à revisão do Plano Diretor esses estudos
275 geológicos, hidrológicos, para nos subsidiar nessa tomada de decisão do que pode ser ocupado
276 e encaminhar eventual rebisão da lei orgânica, mexendo nesses limitadores que nos impedem
277 hoje dessa regularidade que todos esperam. Bom, só queria complementar com relação ao
278 questionamento ainda sobre a balneabilidade. A balneabilidade é feita pelo laboratório, enfim,
279 do DMAE, que tem essa responsabilidade de fazer esse gerenciamento, enfim, a política
280 pública em relação às águas da Cidade de Porto Alegre. Então, é o órgão que faz anualmente
281 os relatórios de balneabilidade e disponibiliza para a imprensa, enfim, para a sociedade civil
282 geral, sempre nos período de verão, quando a população se torna usuário do nosso lago.
283 Então, essa informação, o DMAE, essa balneabilidade, quando eles vão divulgar é com o
284 órgão competente, o órgão responsável. Avançando, então, a gente tem inscritos Mark,
285 Hermes, Jackson e Gomes no período de Comunicação. Eu vou disponibilizar a palavra pelo
286 Mark, nosso Conselheiro, e agradeço à presença do Luís e da Michele no período de
287 Comunicação Externa. Obrigado pela presença de vocês e agora a gente segue com a nossa
288 pauta interna dos conselheiros. Por favor, Conselheiro Mark. **Mark Ramos Kuschick**

289 **(Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Boa noite!
290 Boa noite a todos. Eu queria iniciar cumprimentando a Delegada RGP 8, que vem mais uma
291 vez fazer uma sugestão, uma advertência, uma contribuição à comunidade sobre essa questão
292 da balneabilidade. Então, eu acho importante, ela procura e se preocupa com a saúde pública
293 da população que vive ali no entorno. E eu acredito que como é uma competição oficial que
294 será feita, patrocinada pelo SICREDI e pelo Asun, conforme relatou a Michele, eu acredito
295 que a Secretaria Municipal da Saúde e as secretarias que têm atividades correlatas com essa
296 iniciativa, devem conferir oficialmente a qualidade da água. Então, acho importante a
297 participação, advertindo a nós todos da comunidade sobre essa necessidade. E eu só pedi a
298 palavra para fazer um registro, eu queria solicitar ao Presidente e ao nosso plenário que hoje
299 nós não votássemos as Atas 2955 e 2956, porque nós recebemos essas atas copiosas, como
300 sempre, ontem e eu, particularmente, não tive tempo de ler. Eu gosto muito de acompanhar o
301 registro das atas e não gostaria de votar sem conhecê-las na sua integridade. Por isso faço essa
302 solicitação. Muito obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente,**
303 **Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Mark. Solicitação aceita
304 aqui pela mesa e postergamos para as próximas reuniões a aprovação da ata. Na sequência
305 temos o Conselheiro Hermes inscrito. Boa noite, Conselheiro! **Hermes de Assis Puricelli**
306 **(Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa
307 noite a todos e todas. Secretário, eu mais uma vez pedi a palavra e, particularmente, agora
308 para lembrar que nós temos cinco reuniões apenas, além desta, se forem feitas reuniões nos
309 dias 20 e 28 de dezembro, que soa normalmente datas que são mais problemáticas. Eu, assim
310 como outros conselheiros, estou insistindo com as reuniões que não têm mais motivo para elas
311 não serem presenciais. Então, eu sei que o Senhor nos enrola. Numa boa, o Senhor diz que vai
312 ver, vai ver, mas passaram-se meses. E eu gostaria, assim como muitos conselheiros, talvez a
313 maioria, que terminássemos esta gestão com reuniões presenciais. A segunda questão é sobre
314 as eleições, que também nós estamos findando este mandato já prorrogado por várias vezes e
315 não sei nada sobre as eleições, que devem ocorrer ainda este ano. E por fim, Secretário, esse
316 assunto surgiu em função do assunto que eu vou tratar agora, da fala da Michele, porque
317 senão passa o dito pelo não dito. Na verdade, a Michele tem toda a razão, Conselheiro. É
318 lógico que tem questões polêmicas, mas eu quero esclarecer para quem acompanhar este Plano
319 Diretor, que por força da lei o Plano Diretor de Porto Alegre deve ser revisado a cada 10 anos.
320 Isso é fato, não se discute. E nesse intervalo de cada 10 anos devem ser feitos ajustes,

321 detalhamentos, planos setoriais. Só que exatamente na época que deveria ser feita a revisão
322 total do plano, já passados 2 anos além dos 10 anos, se resolveu fazer planos setoriais, cujos
323 interesses eu diria que atendem pressão de setores do mercado imobiliário, enquanto que
324 aquela... E vem ao caso a fala do Luís Brasil, se eu não me engano, pedindo uma solução.
325 Exatamente aquele tipo de trabalho, de detalhamento, de resolver problemas pontuais de
326 setores da cidade, deveria ser o tema de fazer nesse intervalo dos 10 anos. Só que não fazendo
327 a Prefeitura atualmente resolveu, no apagar das luzes, quando já deveria, inclusive, ter feito a
328 revisão total do Plano Diretor, encaminhar dois, três projetos a toques de caixa para a Câmara,
329 passando pelo Conselho, mas a toque de caixa, sem discussão maior e que foram aprovados,
330 que eles alterarão a discussão sobre a revisão do Plano Diretor como um todo. Isso é fato, não
331 precisamos discutir se é certo, aliás, se está... Foi feito pelo governo, o governo assumiu e é
332 isso, mas para que os ouvintes, para quem acompanhar não entender mal, de fato, aqueles
333 projetos, a revisão do 4º Distrito, o Centro Histórico e a Fazenda do Arado foram feitos fora
334 de época, no momento em que deveria ser feita a revisão total do Plano Diretor. Um
335 oportunismo da Prefeitura. Obrigado! **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio**
336 **Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Hermes.
337 Respeitamos a sua visão, no entanto, ela não reflete a realidade, se fosse diferente os órgãos de
338 controle, enfim, o Ministério Público teria ingressado com ação, teria, conseqüentemente,
339 anulado qualquer processo, embora inúmeras tentativas do grupo e que seguem tentando de
340 alguma forma. E a gente vive em um regime democrático, se assim entender existe a justiça
341 para isso. A gente segue, necessariamente, os ditames legais. Diferentemente do o Senhor
342 disse, não foi a toque de caixa, estão aí as audiências públicas, as transmissões ao vivo, as
343 oficinas, enfim, um amplo processo participativo, as consultas públicas, muito superiores à
344 própria revisão de todo do Plano Diretor realizada em 2010 e segue exatamente aquilo que o
345 urbanismo do mundo, que a ciência, recomenda que a gente deve fazer para os territórios
346 urbanos, detalhamentos específicos. Mas em se tratando de um projeto de cidade é natural que
347 a gente tenha visões distintas e a gente respeita, a sua é sempre bem-vinda. Conselheiro
348 Jackson na sequência inscrito. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região**
349 **de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite, Presidente. Boa noite demais colegas
350 presentes. É um prazer estar de volta após esse período, praticamente um recesso de mais de
351 20 dias aí. Eu trago um assunto que me preocupou um pouco, para a gente começar a
352 amadurecer em Porto Alegre. Semana passada eu participei de uma audiência pública da

353 instalação de um pedágio na saída de Porto Alegre, entrada de Eldorado do Sul, que o
354 Governo Federal quer fazer uma concessão ali. E fazendo alguns cálculos para quem se
355 desloca na região metropolitana, que é o meu caso e de muitos que, certamente, aqui estão
356 presentes, seja a trabalho ou seja por questão de viagem familiar, vai impactar muito, porque
357 esse primeiro pedágio que está sendo proposto, logo na ponte do Rio Jacuí, que é a última
358 ponte quando atravessa para Eldorado do Sul, vai impactar em um aumento de custo muito
359 grande para todo mundo, inclusive, para o transporte de cargas. Então, eu não vejo nenhum
360 movimento na Cidade de Porto Alegre, Eldorado está se movimentando, Guaíba e Barra do
361 Ribeiro, as regiões daqui, as cidades do entorno da região metropolitana. E é preocupante, vai
362 haver mais uma audiência pública nos próximos dias, se possível gostaria de divulgar, passar
363 para a nossa Secretária Camila para passar para os demais colegas conselheiros. Mas eu
364 realmente não vi nenhuma atitude de Porto Alegre nesse sentido, nenhum tipo de movimento,
365 isso preocupa, porque é o corredor que nós temos para o principal porto de escoação da nossa
366 produção e a principal via, que é a BR-116, que vai sofrer com mais 4 cancelas de pedágio até
367 chegar a Cidade de Rio Grande. A minha fala era essa. Muito obrigado. **Germano Bremm,**
368 **Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:**
369 Obrigado, Conselheiro Jackson. Por favor, passa para a Camila, que a gente compartilha aqui
370 com o grupo sem dúvida. Na sequência temos o Conselheiro Emerson inscrito. **Emerson**
371 **Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade,**
372 **Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Boa noite, Presidente,
373 Conselheiros. Quero começar com o informe sobre a reunião plenária da Temática HOCDUA
374 do Orçamento Participativo. Tivemos a presença de várias secretarias, inclusive, da SMAMUS
375 através do Secretário substituto, o Secretário estava em outra atividade, o Prefeito também
376 estava acompanhando, estava em Brasília, parece, que foi comentado lá na reunião. E a gente
377 sabe que a participação popular é muito importante para a cidade para abrir a discussão de
378 todos os temas. Eu também comentei lá em relação à revisão do Plano Diretor, que vai ter
379 pessoas que vão se agradar, vai ter pessoas que não vão se agradar do modelo, da
380 metodologia, mas faz parte da democracia popular. Então, após uma pandemia a gente teve
381 uma participação expressiva, porque as pessoas ainda têm uma restrição em participar
382 presencialmente, mas tivemos uma participação bem expressiva lá. A habitação é prioridade em
383 toda a Porto Alegre, habitação e regularização fundiária ainda é um calcanhar de Aquiles, a
384 gente diz assim, para mudar o cenário da cidade, para melhorar as condições de infraestrutura.

385 Mas a gente está trabalhando e contamos com o apoio de todo o governo para trabalhar essas
386 fases que vêm pela frente. Eu quero fazer um comentário também em relação à região Ilhas. A
387 próprio região do Orçamento Participativo Ilhas, a Região 17, tem trabalhado para propor a
388 criação de uma gestão de região de planejamento, Secretário, para trabalhar especificamente
389 aquele regime, porque hoje é uma APA, praticamente todo um parque ambiental. Então, fica
390 muito difícil trabalhar uma regularização fundiária, construção de unidades habitacionais,
391 implantação de infraestrutura. Então, é uma coisa a se trabalhar e se esse pensar juntamente
392 com o governo, para achar uma alternativa, porque aquelas pessoas não podem ficar
393 abandonadas. E a gente sabe que tem várias situações também de regularidade fundiária, têm
394 mansões totalmente regulares, o comércio não consegue se instalar. Então, é bem complicado,
395 mas é uma coisa a se trabalhar e o Orçamento Participativo é parceiro. Obrigado. **Germano**
396 **Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade –**
397 **SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Emerson, pela contribuição. Sim, bastante importante essa
398 divisão da Ilha. Eu acho que agora com o plano de manejo, que era o principal ponto que
399 sempre faltou, que demandou muitos estudos, que tem que ser feito pelo Conselho Gestor da
400 Unidade de Conservação, que é o Estado, enfim, em ele definindo, e no caso aconteceu, agora
401 tem as áreas que são de proteção integral, tem as áreas que podem ter alguma ocupação,
402 outras não, enfim. A partir disso, nós temos que fazer as respectivas definições de regime e
403 regularização. Conselheiro Gomes é o último inscrito no período de Comunicação. **Luiz**
404 **Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:**
405 Boa noite, Presidente. Boa noite, colegas. Presidente, primeiro eu quero cumprimentar o
406 Senhor por nos representar, por representar Porto Alegre na COP 27, juntamente com a
407 Arquiteta Rovana. Pelo o que eu pude acompanhar de material que o Presidente publicou,
408 ficamos muito honrados com a participação, Porto Alegre sendo colocada no cenário mundial
409 de uma maneira muito responsável e que diz isso no momento em que nós estamos vivendo
410 aqui em Porto Alegre. Apesar de certas reclamações, o mundo democrático nos permite e é
411 muito saudável. Eu como Conselheiro do Plano Diretor, estou atuando desde 2016, eleito pela
412 Região de Planejamento Seis, me sinto muito a vontade no exercício de Conselheiro
413 trabalhando as matérias que nós trabalhamos aqui no Conselho. E me sinto absolutamente
414 dentro da lei, com muito orgulho da equipe de planejamento hoje que se formou mais ou
415 menos nesse período, cresceu, se implantou e está propondo a revisão de Plano Diretor mais
416 democrática da história dos planos diretores de Porto Alegre. Quem participou do primeiro

417 seminário de revisão do Plano Diretor, na semana retrasada, percebeu pelo depoimento de
418 pessoas experientes que fizeram, que implantar os planos diretores anteriores, o quanto essas
419 pessoas estão orgulhosas do processo que nós estamos vivendo agora. Está sendo permitido
420 fazer uma coisa superimportante, é a revisão do que se fez, a revisão crítica, uma discussão
421 crítica em um grupo amplo, ao contrário do que aconteceu das outras vezes, que havia uma
422 tentativa de discussão, mas muito limitada pelos instrumentos que se tinham na época e pela
423 vontade política que os governos também tinham e em outro formato. Desta maneira que nós
424 estamos fazendo agora, que a equipe da Secretaria está propondo, é extremamente ampla. O
425 Emerson é meu parceiro nesse sentido, nós estamos fazendo algumas discussões em grupos do
426 Orçamento Participativo, porque existe uma curiosidade muito grande, existe uma série de
427 questionamentos de como participa e em que participar do Plano Diretor. O Plano Diretor para
428 nós é uma coisa mais comum, até porque a gente está aqui trabalhando todo o dia com ele e
429 etc. Mas para quem está fora, para quem está nas regiões, se cria muita ilusão, criam fantasias.
430 E eu tenho discutido bastante com esses setores no sentido dessas pautas de contrapartida, de
431 uma série de coisas relacionadas a isso e como que isso pode realmente chegar como benefício
432 para essas comunidades. É uma discussão bastante difícil, mas que a pretensão nossa é
433 transformar essas inquietações que estão nas regiões hoje, estão nas bases e não nas elitezinhas
434 dessa pequena burguesia intelectualizada, dos institutos que não representam coisa nenhuma e
435 querem dizer que representam arquitetos, mas nós estamos sem representação, na verdade, na
436 discussão do Plano Diretor hoje. A discussão que tem lá é real, é concreta porque ela é a
437 expectativa de vida, de melhoria realmente das condições da população. Então, transformar
438 toda essa intenção que o grupo hoje tem nessa discussão da revisão do Plano Diretor em
439 benefício para a população é um grande desafio e que alguns conselheiros aqui eu sei que têm
440 de conseguir traduzir, somar e dessa discussão surgir propostas concretas e vão surgir
441 propostas concretas importantíssimas para a área, para realmente melhorar a situação, a
442 qualidade de vida da nossa população aqui de Porto Alegre. Parabéns, moçada! Vamos em
443 frente. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e**
444 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Gomes, pelo seu reconhecimento.
445 Não tenho dúvida que o time se sente muito lisonjeado e empoderado para seguir nessa luta de
446 construir o melhor caminho para a Cidade de Porto Alegre, respeitando todos os processos
447 democráticos. Estamos sempre abertos à participação, ao debate em alto nível. De fato, a
448 revisão do Plano Diretor pela primeira vez na história de Porto Alegre a gente tem um recurso

449 significativo investido, um apoio técnico bem estruturado, fortalecido e um time muito
450 qualificado, apaixonado pela cidade, que quer fazer a diferença. E eu não tenho dúvida de que
451 vai fazer a diferença, vai botar Porto Alegre nos rumos do desenvolvimento social, econômico,
452 da inclusão, da transformação. Porto Alegre eu acho que precisa, há muitos anos sonha com
453 essa transformação e eu acho que hoje a gente tem a condição, acho não, tenho convicção que
454 a gente tem a condição de ser protagonista dessa transformação. Bom, avançamos, então,
455 Senhores Conselheiros, para a nossa pauta:

456 **4. ORDEM DO DIA:**

457 **4.01. PROCESSO EM DILIGÊNCIA;**

458 **4.02. PROCESSO EM DILIGÊNCIA;**

459 **4.03. EXPEDIENTE: 21.0.000063859-2;**

460 **INTERESSADO: Município de Porto Alegre;**

461 **ASSUNTO: Alteração De Regime Urbanístico (Atividade);**

462 **LOCAL: Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, Bairro Jardim Leopoldina;**

463 **REGIÃO: RGP 3 (Jardim Leopoldina);**

464 **RELATOR: RGP 2;**

465 **DATA DISTRIBUIÇÃO: 02/06/2022 e redistribuído em 04/10/2022;**

466 **PRAZO PARA PARECER: 11/10/2022 - prorrogado para 25/10;**

467 **HISTÓRICO: Distribuído em 02/06/2022 para RGP 7. Prorrogado para 05/07, 23/08 e**
468 **13/09. Em 04/10 redistribuído;**

469 **APRESENTAÇÃO PLANEJAMENTO: Apresentou em 28/10;**

470 **APRESENTAÇÃO DO PARECER: Favorável em 28/10;**

471 **PEDIDO DE VISTA: Prazo 22/11/2022. 1) RGP 3 – Jackson e 2) RGP 4 – Tânia.**

472 Temos na Ordem do dia os itens 4.01 e 4.02 em diligência. Temos o expediente do Item 4.03
473 na pauta, o relator é da Região de Planejamento Dois. Então, de imediato passo a palavra para
474 o Conselheiro Jackson poder fazer o seu relato de vista e depois encaminhamos para a
475 discussão. Perdão, primeiro vamos pedir para a equipe nos relembrar do que se trata o tema e
476 depois passamos para o relato de vista. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretária**
477 **de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Esta é uma solicitação de
478 grupamento de atividades de GA01, predominantemente residencial, para GA05 Mista 2. Essa
479 alteração é na Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, no Bairro Jardim Dona Leopoldina e
480 a demanda veio da Equipe de Projetos Especiais 01, dentro da nossa Diretoria de Planejamento

481 Urbano. Então, tem aqui um relato. Só lembrando vocês, aqui está a Juscelino Kubitschek de
482 Oliveira, na Região de Planejamento três, no Bairro Jardim Dona Leopoldina. Ele seguiu as
483 tramitações, parecer da PGM. Se vocês tiverem interesse eu vou ler a justificativa. É uma
484 alteração de zoneamento de uso da Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, Bairro Jardim
485 Leopoldina, Macrozona 03, UEU 80. A alteração é em toda a extensão do Código 01 para o
486 Código 05, conforme identificado nos Anexos 1 e 2. A justificativa, conforme o Anexo 9.1, a
487 Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira é classificada como via arterial de segundo nível,
488 caracterizada de acordo com os critérios de funcionalidade e hierarquia pelo Art. 10, como via
489 complementar de estruturação do território municipal e de integração com a região
490 metropolitana de Porto Alegre, própria para a operação de sistemas de transporte coletivo, de
491 média capacidade e transportes de cargas. A via corta a subunidade 1 da UEU 80, na qual
492 incide o grupamento de atividades predominantemente residencial. Através da resolução
493 sugerimos essa alteração dos usos dos imóveis com frente para a Avenida Juscelino Kubitschek
494 de Oliveira para a Mista 5, sem qualquer alteração de regime volumétrico estabelecido no
495 Plano Diretor. O Art. 26 define como princípios básicos do modelo espacial proposto para a
496 cidade, dentre eles ressaltamos o § 2º, inciso II, que orienta a miscigenação da ocupação do
497 solo com vistas à diminuição de deslocamento de pessoas e veículos e a qualificação do
498 sistema urbano. Segundo o Art. 31, as zonas de uso são concebidas de acordo com conceitos
499 básicos, dentre os quais o da cidade miscigenado, caracterizada pela presença de diferentes
500 atividades em todo território, desde que compatíveis com os condicionantes paisagísticos
501 ambientais, infraestruturais ou com outras atividades instaladas. O Art. 32 define o GA01
502 como zonas da cidade com estilo a vida de bairro, com atividades complementares à habitação
503 e demais atividades não residenciais controladas quanto ao incômodo e impacto. O
504 grupamento de atividade GA05, por outro lado, caracteriza-se como zona de maior
505 diversidade urbana em relação às áreas predominantemente residenciais, com o estímulo
506 principalmente do comércio varejista, a prestação de serviços e demais atividades que
507 representem apoio à atividade habitacional e ao fortalecimento de centralidades. A Unidade de
508 Estrutura Urbana 80 possui características típicas do GA01, tendo como padrão predominante
509 conjuntos residenciais sem atividades complementares, além de residências unifamiliares.
510 Considerando a necessidade de miscigenação das atividades com a alteração proposta, amplia-
511 se oferta de serviços e comércios de bairro próximos a essas concentrações residenciais,
512 diminuindo a necessidade de maiores deslocamentos e proporcionando a oferta de postos de

513 trabalho na região, contemplando a demanda local da comunidade. Essa é a justificativa para a
514 proposta de alteração. Aqui temos os Anexos 1 e 2 da minuta de resolução, aqui
515 demonstrando o local da alteração do grupamento de atividades. É isso. Obrigada. **Germano**
516 **Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade –**
517 **SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Patrícia, por nos relembrar o tema. Vamos de imediato,
518 então, passar para o relato de vista do conselheiro Jackson. **Jackson Roberto Santa Helena**
519 **de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Trata-se do relato
520 de vista da RGP 3, Norte/Eixo Baltazar. SEI 21.0.00063259-2. Local: Avenida Juscelino
521 Kubitschek de Oliveira, Bairro Jardim Leopoldina, RGP 3. Demandante: Município de Porto
522 Alegre, alteração de regime urbanístico (Atividade). O presente expediente solicita alteração de
523 zoneamento de uso da Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, estando a mesma localizada
524 no Bairro Jardim Leopoldina, na Macrozona 03, UEU 080 e em toda sua extensão de Código
525 01 (Predominantemente residencial) para Código 05 (Mista 02), conforme indicado nos
526 Anexos 1 e 2. Tendo em vista a informação da PMS-06 sob o nº 28/71/2022 não existe óbice
527 jurídico para tal mudança. Cabe destacar que a referida via é praticamente uma continuidade da
528 Avenida Adelino Ferreira Jardim, de mesmo bairro, e que há algum tempo tem características
529 de zoneamento misto. Uma vez que é praticamente tomada de atividades comerciais. Entende
530 este Conselheiro que tal mudança é necessária, uma vez que com o crescente número de
531 condomínios sendo erguidos na região esta alteração contribuirá em uma melhor qualidade de
532 vida aos moradores, visto que terão menos deslocamentos para terem suas necessidades
533 atendidas. Além de possibilitar a proliferação de pequenos empreendedores. Registro ainda que
534 acompanhei o Colega Conselheiro Adroaldo Barbosa em visita ao local, onde constatamos tal
535 necessidade. Porto Alegre, 21 de novembro de 2022. Era esse o meu relato, Senhor
536 Presidente. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e**
537 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Jackson, pela explanação. Nesse
538 sentido, de imediato, abro a inscrição para a discussão. Consulto se temos conselheiros
539 inscritos para discutir após o relato de vista favorável do Conselheiro Jackson. Por favor, faça
540 a inscrição no chat e a gente já abre para discussão. Conselheira Claudete inscrita para a
541 discussão. Inscrevo o Conselheiro Adroaldo, da RGP 2 para esclarecer qualquer dúvida que
542 porventura haja. Mais algum conselheiro inscrito? Então, Conselheira Claudete, por favor.
543 **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:**
544 Boa noite a todos e todas. É uma questão simples, na verdade, embora saiba que a cidade não

545 pode parar e que os processos também não, eu gostaria de saber porque esse tipo de alteração
546 de uso não vem contemplado dentro da revisão do Plano Diretor, qual é a urgência, qual é o
547 motivo, qual é a justificativa para não estar efetuando em plena revisão, fazendo esse tipo de
548 alteração? Obrigada. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente,**
549 **Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Claudete. Vou passar
550 para o Conselheiro Adroaldo, mas de forma muito clara já posso responder. Está se fazendo a
551 alteração porque o Plano Diretor discutido e debatido com a sociedade autorizou a alteração
552 do grupamento de atividades a partir de requerimento, desde que aprovação pela maioria dos
553 conselheiros. É a razão de existir deste Conselho, dentro de várias outras competências, uma
554 delas é fazer a avaliação com relação à proposição de alteração de regime, enfim, de
555 atividades, o que for proposta. Está dentro competências e é por isso que o processo está
556 pautado e aqui é o fórum para as respectivas discussões. Conselheiro Adroaldo, eu não sei se
557 gostaria de contribuir antes de a gente colocar em votação. Fique à vontade. **Adroaldo**
558 **Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa
559 tarde a todos e Presidente. Na verdade, nós estivemos lá, eu com o conselheiro da região, em
560 que a gente percebeu, realmente, a Conselheira Patrícia deu aí a justificativa e se encaixa
561 perfeitamente, aquela região está em desenvolvimento e já atende a todas as questões de
562 regularização, o comércio acontece já e a gente viu que não tem porque de estar retardando
563 mais a possibilidade daqueles comerciantes trabalharem legalmente. É uma via que atende
564 todas as necessidades até de um centro de bairro, tem o comércio varejista, prestação de
565 serviços, atividades que apoiam os próprios moradores locais. Então, não precisa a pessoa sair
566 da sua região para ir em outro lugar da cidade buscar, inclusive, emprego. O comércio ali gera
567 emprego direto para o morador local. Então, juntamente com o Conselheiro Jackson a gente
568 entendeu que tinha, eu acho que é possível a aprovação da alteração do regime urbanístico
569 daquela rua. Era isso, Presidente. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio**
570 **Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Adroaldo.
571 Avançando, então, para a votação, onde temos o PARECER FAVORÁVEL do Conselheiro
572 relator, relato de vista também favorável do Conselheiro Jackson. Inauguro o período de
573 votação consultando a Conselheira Lisiane, representante do DEMHAB, como vota, favorável
574 ou contrária ao parecer favorável do relator? **VOTACÃO: Lisiane Sartori Fioravanço**
575 **Magni (Suplente), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa noite. Voto
576 favorável. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e**

577 **Circulação – EPTC:** Boa noite. Favorável. **Sônia Castro (Titular), Gabinete do Prefeito –**
578 **GP:** Boa noite. Voto favorável. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Meio**
579 **Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Favorável. **Fernanda Brito da**
580 **Silveira (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDET:**
581 Boa noite. Voto favorável. **Glauber Douglas do Nascimento Mello (Titular), Secretaria**
582 **Municipal de Obras e Infraestrutura – SMOI:** Favorável, Presidente. **Jussara Kalil Pires**
583 **(1ª Suplente), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:**
584 Favorável. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos -**
585 **ACESSO CDH:** Abstenção. **José Rodolfo Fork (1º Suplente), Associação Rio-grandense**
586 **dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA:** Boa noite. Favorável, Presidente. **Jeanice Dias**
587 **Ramos (1ª Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:**
588 Favorável. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio**
589 **Grande do Sul – SAERGS:** Acompanho o relator, favorável. **Fernando Martins Pereira (1º**
590 **Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Acompanho o
591 relator. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil –**
592 **SINDUSCON:** Compartilha da mesma visão do Conselheiro Jackson e Adroaldo, favorável.
593 **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul -**
594 **SOCECON/RS:** Favorável, Presidente. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de**
595 **Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** [relator – Favorável]. **Jackson Roberto Santa**
596 **Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** [Relato de
597 vista favorável]. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de**
598 **Planejamento Seis – RGP. 6:** Favorável, Presidente. **Emerson Gonçalves dos Santos**
599 **(Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e**
600 **Ambiental – OP-HOCDUA:** Favorável, Presidente. **Germano Bremm, Secretário**
601 **Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Temos 17
602 votos favoráveis, 01 abstenção, nenhum voto contrário. **APROVADO O ITEM 4.03 DA**
603 **PAUTA (Parecer favorável).**
604 **4.04. PROCESSO EM DILIGÊNCIA;**
605 **4.05. RGP 1 - SEI 18.0.000048113-7;**
606 Vamos a nossa pauta, temos aguardando a diligência o Item 4.04. Vamos ao 4.05, o relator é o
607 Conselheiro Felisberto, da RGP 1, que não está presente. Já houve a prorrogação. Então,

608 considerando a ausência, se não for relatado na próxima reunião a gente faz a redistribuição.

609 Passamos ao item:

610 **4.06. EXPEDIENTE: 18.0.000103915-2;**

611 **INTERESSADO: Enri Representações e Participações Ltda.;**

612 **ASSUNTO: Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU);**

613 **LOCAL: Rua Frederico Mentz, 1453;**

614 **REGIÃO: RGP 2;**

615 **RELATOR: GP;**

616 **DATA DISTRIBUIÇÃO: 17/10/2022;**

617 **PRAZO PARA PARECER: 25/10/2022;**

618 **APRESENTAÇÃO PLANEJAMENTO: A apresentar;**

619 **APRESENTAÇÃO DO PARECER: A relatar;**

620 **PEDIDO DE VISTAS: Prazo 22/11/2022. 1) SOCECON – Mark, 2) RGP 6 – Gomes; 3)**

621 **RGP 2 – Adroaldo e 4) ACESSO – Claudete.**

622 O relator é o Gabinete do Prefeito, tivemos pedidos de vista, desses pedidos de vista tivemos o
623 recebimento do Conselheiro Mark e Conselheiro Adroaldo. Mais algum conselheiro gostaria
624 de disponibilizar aqui o relato de vista? Senão a gente já começa passando a palavra aqui para
625 o Conselheiro Mark para fazer o seu relato de vista. Se o Conselheiro Gomes e a Conselheira
626 Claudete quiserem fazer o relato de vista, por favor, encaminhem imediatamente para a
627 Secretária Camila, que na sequência a gente já oportuniza. Patrícia, peço que tu relembres aqui
628 para nós do que se trata o expediente, para na sequência passar para o relato de vista. **Patrícia**
629 **da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e**
630 **Sustentabilidade – SMAMUS:** Este é um Estudo de Viabilidade Urbanística de uma indústria
631 com interferência ambiental e com área adensável entre 210.000 m² e edificação localizada em
632 área de interesse cultural. O enquadramento deste projeto, especificamente, ele é enquadrado
633 como impacto urbano de primeiro grau de análise de EVU obrigatória, com base no art. 60,
634 Inciso I, listado no Anexo 11.1 e Inciso II, alínea *a* e *c* do mesmo artigo. Pela abrangência de
635 área de interesse cultural ele é enquadrado no 11.2 e está neste Conselho. Ele está localizado
636 na Região de Planejamento Dois, no Bairro Navegantes. É um projeto que tem o objetivo de
637 regularizar a Enri Fábrica de Feltros Renner, com área existente de 6.238 m² e área a
638 regularizar de 1.725 m². A área construída total desta regularização é 7.967,17 m². Ela está em
639 área de interesse cultural, Mista 2, com frente para a Rua Frederico Mentz e Voluntários da

640 Pátria. E aqui a análise da equipe técnica, não vendo óbice quanto à aprovação, tendo em vista
641 que a proposta é atender os ajustes legais para alcançar a regularidade, mesmo com itens à
642 próxima etapa de aprovação de projeto arquitetônico. Os requisitos do âmbito cultural e de
643 transporte e circulação foram conferidos pelas secretarias competentes, gerando os
644 condicionantes. Os condicionantes do urbanismo foram: minimizar o impacto negativo na
645 paisagem, do transformador e da guarita proposta na frente do imóvel, com soluções como
646 máscara, paisagens artísticas ou decorativas, vegetação instalada verticalmente, entre outros. E
647 qualificar a iluminação voltada para o passeio público, como forma de estimular a segurança
648 do local. Também teve condicionante ambiental, após a regularização urbanística providenciar
649 a licença ambiental para atividade, anexando cópia desse EVU aprovado dos Bombeiros.
650 Também tiveram condicionantes do DMAE, da SMMU e da SMC, onde relata observar o
651 parecer de aprovação do COMPAHC 08/20, de 09 de março de 2021, homologada pelo
652 Prefeito. É isso. Muito obrigada. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio**
653 **Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Patrícia, por nos retomar
654 o tema. Passo imediatamente a palavra para o Conselheiro Mark para o relato de vista. **Mark**
655 **Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul -**
656 **SOCECON/RS:** Eu, inclusive, solicitei a Sônia um contato com os gestores lá dessa Feltros
657 Renner, porque eu pedi vista justamente para tentar entender as características desse
658 investimento, desse empreendimento e fui muito bem atendido, muito bem acompanhado lá. Eu
659 consegui combinar com o Engenheiro Alexandre Rossatto, que é o gestor de todo esse
660 empreendimento e esse senhor me recebeu nesta, que é a Indústria Feltros Renner. E nesse dia,
661 então, eu pedi a ele que nós circulássemos por toda essa área, porque eu queria ter uma
662 avaliação visual e concreta de como estava distribuído esse empreendimento, porque houve
663 aquele sinistro que atingiu o imóvel ao lado e que também repercutiu nesse próprio imóvel,
664 destruindo o telhado. É por isso que houve a reconstrução da cobertura, que se transformou
665 em uma cobertura metálica, que foi a melhor alternativa que eles encontraram em virtude da
666 debilitação da estrutura, conforme isso está relatado no processo. Então, eles preferiram ao
667 invés de colocar ali telhas de barro, colocaram essa estrutura metálica. E ali há uma previsão
668 de construção de pavilhões na parte superior para locação e todas as estruturas foram
669 recondicionadas, reconstruídas e todas elas são unidades de atividade autônoma, porque cada
670 uma delas tem seus acessos garantidos e organizados. E no piso térreo funciona normalmente
671 sem ter praticamente interrompidas as suas atividades desde os anos 30, a fabricação essa de

672 feltros Renner. Eu até supunha que esta atividade não estivesse mais ocorrendo, mas ela ocorre
673 normalmente durante todos esses anos. E eles têm produção e têm destinadas a sua produção,
674 tanto para o mercado interno, como para o mercado exterior. Eu me surpreendi com o número
675 de empregados em atividade, demonstrando um vigor muito grande da atividade ali realizada
676 com equipamento já superado do ponto de vista tecnológico, mas ela é uma unidade que opera
677 de forma satisfatórios, atendendo com sua produção o mercado em que eles atuam. Produzem
678 e entregam insumos para a indústria automobilística brasileira, tanto aqui no Rio Grande do
679 Sul como fora do Rio Grande do Sul. Em virtude da visita que fiz, da conversa realizada, dos
680 elementos que colhi, eu faço neste parecer de vista um VOTO FAVORÁVEL ao
681 empreendimento e aprovação desse EVU, conforme foi relatado originalmente pela Patrícia no
682 dia de hoje, mas a relatora é a nossa colega do Gabinete da Prefeitura. Obrigado. **Germano**
683 **Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade –**
684 **SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Mark. Obrigado pela contribuição. Passo a palavra de
685 imediato para o Conselheiro Adroaldo. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de**
686 **Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Presidente, na verdade, não vou ler o cabeçalho, o
687 início do processo, porque a gente já conhece. Eu fiz algumas observações por se tratar de um
688 prédio antigo, um prédio que é de longa data. Quando eu cheguei em Porto Alegre, em 1970,
689 fui trabalhar dentro daquele complexo do Renner. Então, eu conheço bastante todo aquele
690 quarteirão ali. Então, 1970, faz bastante tempo, até tenho a possibilidade de fazer essa
691 contribuição de avaliar um prédio que deu condições de trabalho para aquela região,
692 justamente a região que aqui represento no CMDUA. Mas eu fiz algumas anotações pela
693 importância do prédio e não vi no relatório da CAUGE, principalmente, de alguma coisa com
694 referência à questão da Cultura ali. Tem a proposta de manter a característica dos prédios
695 antigos da antiga fábrica Renner. Então, eu coloco aqui como sugestão que seja mantida pelo
696 menos a fachada frontal para a Rua Frederico Mentz, a fachada original, inclusive nas cores
697 originais, porque a modernidade vai chegando. Como o colega Mark falou, houve um sinistro,
698 um incêndio, e vai sendo aos poucos mudado, mesmo que seja de material melhor, mais
699 moderno, mas vai descaracterizando o prédio que trouxe muita riqueza para Porto Alegre e
700 para a comunidade. Está no Bairro Navegantes, que foi um bairro que colaborou muito para o
701 desenvolvimento de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul. Então, a sugestão para que fique a
702 fachada daquele prédio antigo, toda vez que forem trabalhar na melhoria que mantenham a
703 pintura original. O segundo ponto, sugiro que seja criado um memorial para visita turística

704 da fábrica, tanto dos feltros Renner como de todo o complexo da Fábrica Renner, que todos
705 sabem que teve grande contribuição para Porto Alegre. O terceiro ponto, que tenha a
706 possibilidade de se rever o parecer da SMED, onde coloca no parecer que não existiam
707 diretrizes de destinação de áreas e equipamento públicos comunitários, porque ali vão ser
708 desenvolvidas só atividades, que não interveem no atendimento da educação. A gente sabe que
709 aquela região tem uma grande carência de educação, para escola, principalmente educação
710 infantil. E esse relatório onde a SMED não aproveitou para fazer as suas diretrizes foi de 2017.
711 Então, faz mais de 5 anos e nós sabemos que estão acessando após a pandemia, muitas famílias
712 perderam emprego, outras particulares fecharam e está havendo uma grande carência de creche
713 comunitária. Então, coloco recomendando que seja revisto, não só esse parecer da SMED
714 neste momento, mas nessas regiões onde existe essa carência muito grande de creches, de
715 turno integral para que as famílias levam as suas crianças para que tenham uma refeição
716 garantida durante todos os dias. Está no momento da gente parar e conversar sobre isso.
717 Assim, também coloco que seja revisto o parecer da Secretaria da Saúde, que ela diz a mesma
718 coisa, que não vai movimentar pessoas naquela região, tem lá no relatório, quando era para ser
719 emitida a diretriz desse empreendimento, que está assinado pela Arquiteta Luciana. Eu acho
720 difícil nós dizermos isso hoje para uma situação que venha a melhorar o atendimento, tanto na
721 saúde, como na educação infantil não seja necessário para qualquer região da Cidade de Porto
722 Alegre. Então, vou votar favorável, porque é na minha região e é necessário, mas nós não
723 podemos tirar as possibilidades de famílias, isentando o empreendedor de não contribuir com
724 as questões sociais da região onde ele está aplicando o seu investimento. Então, Presidente,
725 seria isso, o meu voto é favorável, vou acompanhar a relatora, mas gostaria que o nosso
726 Conselho visse melhor o que o empreendedor pode fazer, principalmente no 4º Distrito,
727 porque não adianta atrair mais moradores e suas famílias e não dar condições para as que já
728 estão lá. Obrigado. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente,**
729 **Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheiro Adroaldo, pelo seu
730 relato de vista. Vamos ao debate e consulto aos conselheiros se temos inscrições para debater
731 o assunto. Conselheiro Hermes inscrito, a Conselheira Sônia também inscrita, que a gente
732 deixa mais ao final como sendo a relatora. Mais algum conselheiro inscrito? Então, só o
733 Conselheiro Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no**
734 **Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu queria dizer que os dois relatos de vista foram
735 muito esclarecedores, coisas que a gente não tinha percebido antes. É uma pergunta, um

736 questionamento, se eu entendi deveria haver reserva de área para escola e para equipamentos
737 de saúde? Não é isso? Eu já vejo a Sônia dizendo. Então, eu entendi errado. Eu achei que não,
738 mas pelo relato do Adroaldo, porque se houver, em função da nova lei do 4º Distrito, deveria
739 ser pensado isso. como esse parecer que ele mencionou é anterior, é de 2017, talvez fosse o
740 caso de retomar esse parecer. Até quem sabe pedir para a Sônia explicar. Eu entendi que não
741 deveria, mas pelo relato do Adroaldo parece que deveria. Era isso, obrigado. **Germano**
742 **Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade –**
743 **SMAMUS:** Conselheira Sônia, por favor, está inscrita. **Sônia Castro (Titular), Gabinete do**
744 **Prefeito – GP:** Eu só queria fazer uns esclarecimentos, principalmente para as questões que o
745 Adroaldo colocou. Com relação àquele indicativo, Adroaldo, que tu colocaste do prédio
746 histórico, da preservação, tudo isso foi visto no parecer da cultura, da EPAHC, passou pelo
747 COMPAHC. Então, foi feito todo um estudo, eles apresentaram um estudo e tudo isso foi
748 analisado pelo órgão competente, até dos materiais que devem utilizar, a EPAHC fez uma
749 exceção à questão da cobertura, que por motivos estruturais teve que ser uma cobertura mais
750 leve. Então, eles aceitaram a que tinha sido colocada. Então, pela tua preocupação, todos esses
751 itens foram analisados pelo EPAHC, pela preservação dos prédios históricos. Isso é uma coisa.
752 A segunda questão, com relação aos equipamentos, dependendo do empreendimento e da
753 atividade que vai ser implantada a gente tem parcelamento do solo ou não. Se é a atividade de
754 uma empresa, de uma Indústria, como é o caso, que não é geradora de população que vá
755 morar naquele local, a indústria e qualquer implantação de equipamento de serviços ou
756 comercial, ela não implica em doação para equipamento. Então, tu aplicas o regime ou
757 constrói de acordo com a totalidade do terreno. Neste caso, como é uma indústria, não gera
758 necessidade de equipamento, não houve doação e por isso as duas secretarias, tanto a SMED
759 quanto a Saúde colocaram que realmente, neste caso não existe nem a possibilidade de se
760 pedir. Na verdade, o que tu estás considerando? Tu estás considerando que isso fosse suprir
761 um impacto de uma comunidade que já existe lá e o impacto não é da indústria. Entendeu?
762 Então, claro, se ali saísse um equipamento residencial, vamos fazer por analogia, que fosse ter
763 500 famílias ali, aí sim a gente teria que ter uma análise de potencial construtivo. Eu sei que é
764 um pouquinho difícil essa análise, porque ela interfere em parcelamento, em regime urbanístico
765 aplicado para esses terrenos, mas sendo residencial sim, tu vais pedir, tu vais analisar e tu vais
766 ver qual é o equipamento mais necessário, mais premente da população de entorno e, na
767 verdade, da população que está gerando aquele impacto, que seria a população do

768 empreendimento. Então, por isso não houve engano nenhum, não existe essa possibilidade pela
769 lei de solicitar esses equipamentos. Eu não sei se conseguir esclarecer as dúvidas, mas qualquer
770 coisa eu estou as ordens. **Germano Bremm, Secretário Municipal de Meio Ambiente,**
771 **Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Obrigado, Conselheira Sônia. Eu acho que foi
772 bem elucidativa, no sentido de pontuar que a análise feita pelo corpo técnico segue os ditames
773 legais ali. Então, necessariamente, exigindo a doação de equipamento, conseqüentemente, há
774 inserção dessa exigência dentro da análise técnica e em não sendo equipamento local ainda há
775 possibilidade da transformação do TCAP – Termo de Conversão de Área Pública, mas não é o
776 presente caso. Perfeito! Senhores Conselheiros, encerrada a nossa discussão eu inicio o
777 período de votação consultando a Conselheira Lisiane, representando o DEMHAB, como
778 vota, favorável ou contrária ao PARECER FAVORÁVEL da Conselheira Sônia?
779 **VOTAÇÃO:** **Lisiane Sartori Fioravanço Magni (Suplente), Departamento Municipal de**
780 **Habitação – DEMHAB:** Boa noite. Voto favorável. **Júlia Lopes de Oliveira Freitas (1ª**
781 **Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Favorável. **Patrícia da**
782 **Silva Tschoepke (Titular), Secretaria de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade**
783 **– SMAMUS:** Favorável. **Fernanda Brito da Silveira (1ª Suplente), Secretaria Municipal**
784 **de Desenvolvimento Econômico – SMDDET:** Acompanho a relatora, sou favorável. **Glauber**
785 **Douglas do Nascimento Mello (Titular), Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura**
786 **– SMOI:** Favorável, Presidente. **Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), Associação Brasileira de**
787 **Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Favorável. **Claudete Aires Simas**
788 **(Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Abstenção. **José**
789 **Rodolfo Fork (1º Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura –**
790 **ÁREA:** Favorável, Presidente. **Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), Conselho de Arquitetura**
791 **do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** O relatório de vista do Conselheiro Mark foi muito
792 elucidativo. Favorável. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no**
793 **Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Favorável. **Fernando Martins Pereira (1º**
794 **Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Favorável,
795 Presidente. **Rogério Dal Molin (Titular), Sindicato das Indústrias da Construção Civil –**
796 **SINDUSCON:** Acompanho a Conselheira Sônia. Favorável. **Mark Ramos Kuschick**
797 **(Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** [Relatório de
798 vista favorável]. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de**
799 **Planejamento Dois – RGP. 2:** [Relatório de vista favorável]. **Jackson Roberto Santa**

800 **Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:**
801 Acompanhamento a Relatora Sônia Castro. Favorável. **Wagner Pereira dos Santos (1º Suplente),**
802 **Região de Gestão de Planejamento Cinco – RGP. 5:** Boa noite. Favorável. **Luiz Antônio**
803 **Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Acompanhamento
804 a relatora. Favorável. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação,**
805 **Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:**
806 Presidente, acompanhamento a relatora. Favorável. **Germano Bremm, Secretário Municipal de**
807 **Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade – SMAMUS:** Temos 18 votos favoráveis,
808 01 abstenção e nenhum voto contrário. Então, nesse sentido, está **APROVADO O**
809 **PARECER.** Perfeito! Senhores Conselheiros, devido ao nosso avançar da hora não
810 conseguiremos entrar no Item 4.07 da pauta, não daria tempo para fazer a apresentação pelo
811 planejamento e o relato. Nesse sentido, então, a gente dá continuidade ao nosso encontro na
812 próxima terça-feira, próxima reunião do Conselho do Plano. Desejo uma excelente noite a
813 todos. Obrigado! Prazer em debater mais uma vez com vocês. Até mais!
814 Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal de
815 Desenvolvimento Urbano e Ambiental – CMDUA, às 19h45min, da qual foi lavrada a presente ata por
816 mim, Patrícia Costa Ribeiro, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da
817 presunção de veracidade.

Ata aprovada na sessão CMDUA de 28/02/2023, por maioria.

Favoráveis: DEMHAB, GP, SMAMUS, SMOI, SMGOV, UFRGS, ABES, AREA, CAU-RS, SOCECON, RGP1, RGP2, RGP3, RGP6, RGP8;

Abstenções: ACESSO, RGP4, RGP5,

Contrários: -